

Periódico: D24 AM		Data: 08/02/2019	
		Publicação: 08/02/2019	
Referência da Matéria: Projeto cria duas universidades federais no interior do Amazonas		<input checked="" type="checkbox"/>	Com foto
			Sem foto
Caderno/Página/Coluna http://d24am.com/politica/projeto-cria-duas-universidades-federais-no-interior-do-amazonas/	Enfoque	Natureza	Tipo:
	<input type="checkbox"/> Positivo	<input checked="" type="checkbox"/> Espontânea	<input checked="" type="checkbox"/> Matéria
	<input type="checkbox"/> Negativo	<input type="checkbox"/> Provocada	<input type="checkbox"/> Artigo
	<input checked="" type="checkbox"/> Neutro		<input type="checkbox"/> Outro
			Nota
			Classificados

Projeto cria duas universidades federais no interior do Amazonas

A proposta foi apresentada pelo Poder Executivo no fim do governo Temer. Segundo a justificativa encaminhada ao Congresso Nacional, o objetivo das duas universidades é suprir a carência de cursos superiores no Estado

Brasília - O Projeto de Lei 11279/19 desmembra a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) em duas novas instituições de Ensino Superior:

- a Universidade Federal do Médio e Baixo Amazonas (Ufembam), que terá sede em Parintins, município situado na divisa com o Pará, e incorporará os campi de Parintins e Itacoatiara que hoje pertencem à Ufam;
- a Universidade Federal do Médio e Alto Solimões (Ufemas), que terá sede em Coari, município localizado no centro do estado do Amazonas, às margens do Rio Solimões. A nova instituição incorporará os campi de Coari e Benjamin Constant.



Dois universidades serão criadas por desmembramento dos campi de Parintins, Itacoatiara, Benjamin Constant e Coari. (Foto: Divulgação/Ufam)

O projeto também cria cargos e funções das novas instituições amazonenses.

A proposta foi apresentada pelo Poder Executivo no fim do governo Temer. Segundo a justificativa encaminhada ao Congresso Nacional, o objetivo das duas universidades é suprir a carência de cursos superiores no Amazonas.

Hoje, a Ufam atende a todo o Estado, que é o maior do País em extensão. Essa situação, segundo o Ministério da Educação (MEC), contrasta com outros estados de grande extensão, como a Bahia, que possui quatro universidades federais.

Tramitação

O projeto está em análise na Câmara dos Deputados e ainda será despachado às comissões da Casa.

Periódico: BNC Amazonas		Data: 08/02/2019	
		Publicação: 07/02/2019	
Referência da Matéria: Avança na Câmara projeto que cria duas universidades no Amazonas		x	Com foto
			Sem foto
Caderno/Página/Coluna https://bncamazonas.com.br/municipios/camara-projeto-universidades-amazonas/	Enfoque	Natureza	Tipo:
	<input type="checkbox"/> Positivo	X Espontânea	x Matéria
	<input type="checkbox"/> Negativo	<input type="checkbox"/> Provocada	Artigo
	x Neutro		Outro
			Nota
			Classificados

Avança na Câmara projeto que cria duas universidades no Amazonas



A criação de mais duas universidades federais no estado do Amazonas tramita em análise na Câmara dos Deputados e, logo, o Projeto de Lei 11279/19 será despachado às comissões da Casa.

De acordo com informações da [Agência Câmara Notícias](#), a proposta enviada no governo do então presidente Michel Temer desmembra a Universidade Federal do Amazonas

(Ufam) em duas novas instituições:

– a Universidade Federal do Médio e Baixo Amazonas (Ufembam), que terá sede em Parintins (*foto*), município situado na divisa com o Pará, e incorporará os campi de Parintins e Itacoatiara que hoje pertencem à Ufam;

– a Universidade Federal do Médio e Alto Solimões (Ufemas), que terá sede em Coari, município localizado no centro do estado do Amazonas, às margens do rio Solimões. A nova instituição incorporará os campi de Coari e Benjamin Constant.

O projeto também cria cargos e funções das novas instituições amazonenses.

Segundo a justificativa encaminhada ao Congresso Nacional, o objetivo das duas universidades é suprir a carência de cursos superiores no Amazonas.

Hoje, a Ufam atende a todo o estado, que é o maior do País em extensão.

Essa situação, segundo o Ministério da Educação (MEC), contrasta com outros estados de grande extensão, como a Bahia, que possui quatro universidades federais.



A cidade de Coari, no rio Solimões, incorporará os campi de Coari e Benjamin Constant

Foto: Divulgação/Guia do Turismo Brasil

Educação federal

O texto que será analisado pelos deputados trata também de outros temas ligados à administração da educação federal.

Primeiro, autoriza a Amazônia Azul Tecnologias de Defesa

(Amazul) a oferecer cursos de nível superior.

A Amazul é uma estatal ligada à Marinha que desenvolve tecnologias nucleares, incluindo o submarino de propulsão nuclear. A empresa tem sede em São Paulo.

Matrículas

Também influenciado pelas metas do PNE, o projeto determina que os institutos federais garantam 70% de suas “matrículas equivalentes” (conceito criado pelo MEC e definido por uma fórmula matemática) para cursos técnicos.

Hoje, a Lei 11.892/08, que instituiu a Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica, estabelece a cota de 50% das vagas para a educação profissional.

Clipping

ascom
Assessoria de Comunicação da
Universidade Federal do Amazonas



O texto do governo traz ainda outros pontos relativos à rede federal:

- acaba com o mestrado e doutorado acadêmicos nos institutos federais, que só poderão ofertar especialização strictu sensu em nível profissional;
- acaba com a cota de 20% das vagas nos institutos federais para formação de professores da educação básica;
- exige experiência comprovada em gestão na educação profissional e tecnológica para reitores (mínima de quatro anos) e diretores-gerais (dois anos) dos institutos federais;
- condiciona a criação de novos institutos federais a estudos sobre viabilidade orçamentária e sobre as condições socioeconômicas da região a ser atendida.

Periódico: Folha nobre		Data: 08/02/2019	
		Publicação: 07/02/2019	
Referência da Matéria: Projeto cria duas universidades federais no interior do Amazonas		<input checked="" type="checkbox"/> Com foto	<input type="checkbox"/> Sem foto
Caderno/Página/Coluna http://folhanobre.com.br/2019/02/07/projeto-cria-duas-universidades-federais-no-interior-do-amazonas-noticias-portal-da-camara-dos-deputados/222801	Enfoque	Natureza	Tipo:
	<input type="checkbox"/> Positivo	<input checked="" type="checkbox"/> Espontânea	<input checked="" type="checkbox"/> Matéria
	<input type="checkbox"/> Negativo	<input type="checkbox"/> Provocada	<input type="checkbox"/> Artigo
	<input checked="" type="checkbox"/> Neutro		<input type="checkbox"/> Outro
			Nota Classificados

Projeto cria duas universidades federais no interior do Amazonas – Notícias – Portal da Câmara dos Deputados

Divulgação/Ufam



Dois universidades serão criadas por desmembramento dos campi de Parintins, Itacoatiara, Benjamin Constant e Coari (foto)

O Projeto de Lei 11279/19 desmembra a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) em duas novas instituições de ensino superior:

– a Universidade Federal do Médio e Baixo Amazonas (Ufembam), que terá sede em Parintins, município situado na divisa com o Pará, e incorporará os campi de Parintins e

Itacoatiara que hoje pertencem à Ufam;

– a Universidade Federal do Médio e Alto Solimões (Ufemas), que terá sede em Coari, município localizado no centro do estado do Amazonas, às margens do rio Solimões. A nova instituição incorporará os campi de Coari e Benjamin Constant.

O projeto também cria cargos e funções das novas instituições amazonenses.

A proposta foi apresentada pelo Poder Executivo no fim do governo Temer. Segundo a justificativa encaminhada ao Congresso Nacional, o objetivo das duas universidades é suprir a carência de cursos superiores no Amazonas.

Hoje, a Ufam atende a todo o estado, que é o maior do País em extensão. Essa situação, segundo o Ministério da Educação (MEC), contrasta com outros estados de grande extensão, como a Bahia, que possui quatro universidades federais.

Educação federal

O texto que será analisado pelos deputados trata também de outros temas ligados à administração da educação federal. Primeiro, autoriza a Amazônia Azul Tecnologias de Defesa (Amazul) a oferecer cursos de nível superior. A Amazul é uma estatal ligada à Marinha que desenvolve tecnologias nucleares, incluindo o submarino de propulsão nuclear. A empresa tem sede em São Paulo.

A proposta também retira a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) da Rede Federal de Educação, Científica e Tecnológica. O governo alega que a instituição se especializou em educação superior, tornando desnecessária sua vinculação às unidades de ensino técnico-profissional.

O projeto também introduz diversas modificações na gestão administrativa da Rede Federal de Educação, Científica e Tecnológica. O texto cria três institutos federais – do Centro Paulista, com sede em Campinas; do Oeste Paulista, sediado em São José do Rio Preto; e do Sul da Bahia, com sede em Ilhéus. As duas unidades paulistas serão criadas a partir do desmembramento do Instituto Federal de São Paulo. A escola de Ilhéus virá de desmembramento dos institutos federais da Bahia (localizado em Salvador) e Baiano (Vitória da Conquista).

Segundo a justificativa do projeto, as novas unidades darão mais eficiência à educação profissional, cuja demanda no País é crescente. Além disso, contribuirão para o cumprimento de metas do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê 430 mil novas matrículas a cada ano até 2024.

Clipping

ascom
Assessoria de Comunicação da
Universidade Federal do Amazonas



Matrículas

Também influenciado pelas metas do PNE, o projeto determina que os institutos federais garantam 70% de suas “matrículas equivalentes” (conceito criado pelo MEC e definido por uma fórmula matemática) para cursos técnicos. Hoje, a Lei 11.892/08, que instituiu a Rede Federal de Educação, Científica e Tecnológica, estabelece a cota de 50% das vagas para a educação profissional.

O texto do governo traz ainda outros pontos relativos à rede federal:

- acaba com o mestrado e doutorado acadêmicos nos institutos federais, que só poderão ofertar especialização *strictu sensu* em nível profissional;
- acaba com a cota de 20% das vagas nos institutos federais para formação de professores da educação básica;
- exige experiência comprovada em gestão na educação profissional e tecnológica para reitores (mínima de quatro anos) e diretores-gerais (dois anos) dos institutos federais;
- condiciona a criação de novos institutos federais a estudos sobre viabilidade orçamentária e sobre as condições socioeconômicas da região a ser atendida.

Tramitação

O projeto está em análise na Câmara dos Deputados e ainda será despachado às comissões da Casa.

Periódico: Acritica		Data: 08/02/2019	
		Publicação: 07/02/2019	
Referência da Matéria: Vice-governador debate problemas do Hospital Francisca Mendes em reunião		x	Com foto
			Sem foto
Caderno/Página/Coluna https://www.acritica.com/channels/manaus/news/vice-governador-debate-problemas-do-hospital-francisca-mendes-em-reuniao	Enfoque	Natureza	Tipo:
	<input type="checkbox"/> Positivo	x Espontânea	X Matéria
	<input type="checkbox"/> Negativo	<input type="checkbox"/> Provocada	<input type="checkbox"/> Artigo
	x Neutro		<input type="checkbox"/> Outro
			Nota
			Classificados

Vice-governador debate problemas do Hospital Francisca Mendes em reunião

O encontro com diretores do hospital acontece após o Ministério Público informar que a unidade poderia fechar; Susam nega possibilidade de fechamento



O Hospital Francisca Mendes, referência no tratamento cardiológico adulto e infantil no Estado, é gerenciado pela UFAM por meio da Fundação Rio Solimões. Foto: Reprodução / Internet

Suelen GonçalvesManaus (AM)

O secretário de estado da Saúde, Carlos Almeida, se reunirá com a direção do Hospital Universitário Francisca Mendes (HFM) para tratar das necessidades do hospital. Na manhã desta quinta-feira (7), a promotora de Justiça Silvana Cabral, titular da 58ª Promotoria de Justiça

Especializada na Defesa da Saúde Pública, disse que o hospital poderia fechar na próxima semana por falta de materiais cirúrgicos.

A informação foi negada pela Secretaria de Saúde (Susam). “De acordo com a direção do hospital, no momento, não existe ameaça de suspensão dos serviços e os atendimentos ambulatoriais cirúrgicos estão ocorrendo dentro da rotina normal”, afirma a Susam por meio de nota. O Hospital Francisca Mendes é referência no tratamento cardiológico adulto e infantil no Estado.

Segundo a promotora Silvana Cabral, Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) e Centros Cirúrgicos não estão funcionando plenamente e já não há estrutura para receber os pacientes que continuam a chegar de todo o Estado.

Atualmente, o Hospital Francisca Mendes é gerido pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam), por meio da Fundação Rio Solimões (Unisol) e conta com duas fontes de recursos mensais: o governo do Estado e o Ministério da Saúde. A reportagem tentou ouvir a Unisol sobre o assunto, mas não obteve retorno.

“O Ministério Público estava em tratativas com o Estado para tornar o hospital público, de fato, público, porque hoje ele é gerenciado pela Ufam, por meio da Unisol e o que nós queremos é que todo o serviço passe para a gestão direta da Susam, por meio do qual todos os pagamentos seriam feitos. É uma forma da secretaria trabalhar essa demanda que o Estado tem”, disse a promotora.

Prioridade

Em nota, a Susam informou que o abastecimento e pagamentos das empresas terceirizadas estão sendo tratados como prioridade, desde o início do novo governo, e que não está medindo esforços para garantir a normalidade do atendimento em todas as unidades da rede estadual de saúde.

“A nova gestão da Susam ressalta que está atenta aos problemas estruturais do Hospital Francisca Mendes, que datam de muitos anos, como as filas de espera para cirurgia cardíaca. A unidade, inclusive, foi a primeira a ser visitada pelo governador Wilson Lima e o vice-governador e secretário estadual de Saúde, defensor Carlos Almeida, no quarto dia de governo”, diz trecho na nota.

A Secretaria acrescentou que todas as questões identificadas estão sendo trabalhadas em busca de solução definitiva.

Determinação

Clipping

ascom
Assessoria de Comunicação da
Universidade Federal do Amazonas



A Susam tem até o dia 14 de fevereiro para abastecer a rede de urgência e emergência. O prazo foi determinado por uma medida judicial obtida pelo Ministério Público Estadual (MP-AM). Em caso de não cumprimento, há multa prevista para o Estado, além de multas para o secretário e governador.

Deputado defende fim da terceirização

O deputado Serafim Corrêa (PSB) defendeu, hoje, o fim da terceirização da saúde no Amazonas. Para o parlamentar, somente por meio da realização de um concurso público amplo na Secretaria de Estado de Saúde (Susam) será possível substituir as terceirizadas e respeitar o que o Sistema Único de Saúde (SUS) estabelece.

Corrêa atribuiu o caos vivido na Saúde ao modelo de terceirização vigente do Estado.

“O que eu defendo é aquilo que deveria ter sido feito há 30 anos, que é implantar o SUS no Amazonas.

Agora, é necessário fazer concurso público rapidamente e substituir essa estrutura de aluguel de mão de obra, que hoje submete a população a um vexame muito grande”, sugeriu Serafim.

A Lei nº 8.080/1990 estabelece em seu artigo 4º, parágrafo 2º, que “a iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter complementar”. Para Serafim, o que deveria ser “complementar”, se tornou “regra”.

Periódico: Acritica		Data: 08/02/2019			
Referência da Matéria: Reunião debate problemas		Publicação: 08/02/2019			
		x	Com foto	Sem foto	
Caderno/Página/Coluna Política, A5	Enfoque	Natureza	Tipo:		
	Positivo	x Espontânea	X	Matéria	Nota
	Negativo	Provocada		Artigo	Classificados
	x Neutro			Outro	

HOSPITAL FRANCISCA MENDES

Reunião debate problemas

Direção da unidade se reúne hoje com secretário de saúde para buscar soluções para as dificuldades enfrentadas pelo hospital

SUELEN GONÇALVES
politica@acritica.com

O secretário de estado da Saúde, Carlos Almeida, se reunirá com a direção do Hospital Universitário Francisca Mendes (HFM) para tratar das necessidades do hospital. Na manhã de ontem, a promotora de Justiça Silvana Cabral, titular da 58ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Saúde Pública, disse que o hospital poderia fechar na próxima semana por falta de materiais cirúrgicos.

A informação foi negada pela Secretaria de Saúde (Susam). "De acordo com a direção do hospital, no momento, não existe ameaça de suspensão dos serviços e os atendimentos ambulatoriais cirúrgicos estão ocorrendo dentro da rotina normal", afirma a Susam por meio de nota. O Hospital Francisca Mendes é referência no tratamento cardiológico adulto e infantil no Estado.

Segundo a promotora Silvana Cabral, Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) e Centros Cirúrgicos não estão funcionando plenamente e já não há estrutura para receber os pacientes que continuam a chegar de todo o Estado.

Atualmente, o Hospital Francisca Mendes é gerido pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam), por meio da Fundação Rio Solimões (Unisol) e conta com duas fontes de recursos mensais: o governo do Estado e o Ministério da Saúde. A reportagem tentou ouvir a Unisol sobre o



O Hospital Francisca Mendes, referência no tratamento cardiológico adulto e infantil no Estado, é gerenciado pela UFAM por meio da Fundação Rio Solimões

Saiba mais

>> Determinação

A Susam tem até o dia 14 de fevereiro para abastecer a rede de urgência e emergência. O prazo foi determinado por uma medida judicial obtida pelo Ministério Público Estadual (MP-AM). Em caso de não cumprimento, há multa prevista para o Estado, além de multas para o secretário e governador.

assunto, mas não obteve retorno.

"O Ministério Público estava em tratativas com o Estado para tornar o hospital público, de fato, público, porque hoje ele é gerenciado pela Ufam, por meio da Unisol e o que nós queremos é que todo o serviço passe para a gestão direta da Susam, por meio do qual todos os pagamentos seriam feitos. É uma forma da secretaria trabalhar essa demanda que o Estado tem", disse a promotora.

PRIORIDADE

Em nota, a Susam informou que o abastecimento e pagamentos das empresas terceirizadas estão sendo tratados como prioridade, desde o início do novo governo, e que não está medindo esforços para garantir a normalidade do atendimento em todas as unidades da rede estadual de saúde.

"A nova gestão da Susam ressalta que está atenta aos problemas estruturais do Hospital

Francisca Mendes, que datam de muitos anos, como as filas de espera para cirurgia cardíaca. A unidade, inclusive, foi a primeira a ser visitada pelo governador Wilson Lima e o vice-governador e secretário estadual de Saúde, defensor Carlos Almeida, no quarto dia de governo", diz trecho na nota.

A Secretaria acrescentou que todas as questões identificadas estão sendo trabalhadas em busca de solução definitiva.

Deputado defende fim da terceirização

O deputado Serafim Corrêa (PSB) defendeu, ontem, o fim da terceirização da saúde no Amazonas. Para o parlamentar, somente por meio da realização de um concurso público amplo na Secretaria de Estado de Saúde (Susam) será possível substituir as terceirizadas e respeitar o que o Sistema Único de Saúde (SUS) estabelece.

Corrêa atribuiu o caos vivido na Saúde ao modelo de terceirização vigente do Estado.

"O que eu defendo é aquilo que deveria ter sido feito há 30 anos, que é implantar o SUS no Amazonas. Agora, é necessário fazer concurso público rapidamente e substituir essa estrutura de aluguel de mão de obra, que hoje submete a população a um vexame muito grande", sugeriu Serafim.

A Lei nº 8.080/1990 estabelece em seu artigo 4º, parágrafo 2º, que "a iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter complementar". Para Serafim, o que deveria ser "complementar", se tornou "regra".

Clipping

ascom
Assessoria de Comunicação da
Universidade Federal do Amazonas



Periódico: Diário indústria e comércio		Data: 08/02/2019				
		Publicação: 07/02/2019				
Referência da Matéria: Projeto cria duas universidades federais no interior do Amazonas		<input checked="" type="checkbox"/>	Com foto	<input type="checkbox"/>	Sem foto	
Caderno/Página/Coluna	Enfoque	Natureza		Tipo:		
	<input type="checkbox"/> Positivo	<input checked="" type="checkbox"/>	Espontânea	<input checked="" type="checkbox"/>	Matéria	<input type="checkbox"/> Nota
	<input type="checkbox"/> Negativo	<input type="checkbox"/>	Provocada	<input type="checkbox"/>	Artigo	<input type="checkbox"/> Classificados
https://www.diarioinduscom.com/c-fed-projeto-cria-duas-universidades-federais-no-interior-do-amazonas/	<input checked="" type="checkbox"/> Neutro	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	Outro	

C. FED – Projeto cria duas universidades federais no interior do Amazonas



Publicidade 5

Em análise na Câmara dos Deputados, a proposta também cria três institutos federais (dois em São Paulo e um na Bahia) e autoriza a Amazônia Azul Tecnologias de Defesa (Amazul) a oferecer cursos de nível superior.

O Projeto de Lei 11279/19 desmembra a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) em duas novas instituições de ensino superior:

– a Universidade Federal do Médio e Baixo Amazonas (Ufembam), que terá sede em Parintins, município situado na divisa com o Pará, e incorporará os campi de Parintins e

Itacoatiara que hoje pertencem à Ufam;

– a Universidade Federal do Médio e Alto Solimões (Ufemas), que terá sede em Coari, município localizado no centro do estado do Amazonas, às margens do rio Solimões. A nova instituição incorporará os campi de Coari e Benjamin Constant.

O projeto também cria cargos e funções das novas instituições amazonenses.

A proposta foi apresentada pelo Poder Executivo no fim do governo Temer. Segundo a justificativa encaminhada ao Congresso Nacional, o objetivo das duas universidades é suprir a carência de cursos superiores no Amazonas.

Hoje, a Ufam atende a todo o estado, que é o maior do País em extensão. Essa situação, segundo o Ministério da Educação (MEC), contrasta com outros estados de grande extensão, como a Bahia, que possui quatro universidades federais.

Educação federal

O texto que será analisado pelos deputados trata também de outros temas ligados à administração da educação federal. Primeiro, autoriza a Amazônia Azul Tecnologias de Defesa (Amazul) a oferecer cursos de nível superior. A Amazul é uma estatal ligada à Marinha que desenvolve tecnologias nucleares, incluindo o submarino de propulsão nuclear. A empresa tem sede em São Paulo.

A proposta também retira a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) da Rede Federal de Educação, Científica e Tecnológica. O governo alega que a instituição se especializou em educação superior, tornando desnecessária sua vinculação às unidades de ensino técnico-profissional.

O projeto também introduz diversas modificações na gestão administrativa da Rede Federal de Educação, Científica e Tecnológica. O texto cria três institutos federais – do Centro Paulista, com sede em Campinas; do Oeste Paulista, sediado em São José do Rio Preto; e do Sul da Bahia, com sede em Ilhéus. As duas unidades paulistas serão criadas a partir do desmembramento do Instituto Federal de São Paulo. A escola de Ilhéus virá de desmembramento dos institutos federais da Bahia (localizado em Salvador) e Baiano (Vitória da Conquista).

Segundo a justificativa do projeto, as novas unidades darão mais eficiência à educação profissional, cuja demanda no País é crescente. Além disso, contribuirão para o cumprimento de metas do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê 430 mil novas matrículas a cada ano até 2024.

Matrículas

Também influenciado pelas metas do PNE, o projeto determina que os institutos federais garantam 70%

Clipping

ascom
Assessoria de Comunicação da
Universidade Federal do Amazonas



de suas “matrículas equivalentes” (conceito criado pelo MEC e definido por uma fórmula matemática) para cursos técnicos. Hoje, a Lei 11.892/08, que instituiu a Rede Federal de Educação, Científica e Tecnológica, estabelece a cota de 50% das vagas para a educação profissional.

O texto do governo traz ainda outros pontos relativos à rede federal:

- acaba com o mestrado e doutorado acadêmicos nos institutos federais, que só poderão ofertar especialização *strictu sensu* em nível profissional;
- acaba com a cota de 20% das vagas nos institutos federais para formação de professores da educação básica;
- exige experiência comprovada em gestão na educação profissional e tecnológica para reitores (mínima de quatro anos) e diretores-gerais (dois anos) dos institutos federais;
- condiciona a criação de novos institutos federais a estudos sobre viabilidade orçamentária e sobre as condições socioeconômicas da região a ser atendida.

Tramitação

O projeto está em análise na Câmara dos Deputados e ainda será despachado às comissões da Casa.

Periódico: Em Tempo		Data: 08/02/2019	
		Publicação: 07/02/2019	
Referência da Matéria: Ufam firma parceria com Associação Brasil Soka		x	Com foto
			Sem foto
Caderno/Página/Coluna https://d.emtempo.com.br/ciencia-e-tecnologia-inovacao/137200/ufam-firma-parceria-com-associacao-brasil-soka	Enfoque	Natureza	Tipo:
	x Positivo	Espontânea	X Matéria
	Negativo	x Provocada	Artigo
	Neutro		Outro
			Nota
			Classificados

Ufam firma parceria com Associação Brasil Soka

União visa desenvolver iniciativas desde a esfera acadêmica a projetos ambientais que serão desenvolvidos em Humaitá



O município de Humaitá foi escolhido para ser o primeiro a receber as ações do convênio tendo o Instituto de Educação, Agricultura e Meio Ambiente e o curso de engenharia ambiental como reduto de atuação | Foto: Divulgação

Em reunião com o reitor Sylvio Puga, os representantes da Associação Brasil Soka Gakkai Internacional (BSGI) apresentaram planos para consolidar a parceria entre as instituições. A ideia é que o campus de Humaitá concentre as ações voltadas para o desenvolvimento sustentável. Encontro ocorreu no início desta semana, no gabinete da Reitoria.

Iniciada ainda durante a gestão da reitora Márcia Perales, a parceria entre a representante brasileira da organização não governamental japonesa Soka Gakkai Internacional (SGI) visa desenvolver iniciativas que vão desde a esfera acadêmica com intercâmbio entre universidades a projetos de cunho ambiental, como o que será desenvolvido em Humaitá.

No encontro, os gestores discutiram as propostas a serem desenvolvidas conjuntamente. De acordo com o presidente da BSGI, Miguel Shiratori, o objetivo principal das ações da associação é a preservação ambiental a partir da educação.

“Nosso trabalho não se limita a fazer projetos, mas dialogarmos e criarmos essa rede de solidariedade de pessoas que possam contribuir para esse desenvolvimento. Temos várias parcerias com instituições e empresas com foco em um trabalho sustentável aqui na Amazônia”, disse. “O nosso objetivo é a conscientização. É mostrar que toda essa natureza pode ser preservada, mantida, para as gerações futuras, se cada cidadão se conscientizar desse valor”, expôs.

O município de Humaitá foi escolhido para ser o primeiro a receber as ações do convênio tendo o Instituto de Educação, Agricultura e Meio Ambiente e o curso de engenharia ambiental como reduto de atuação.

“Todo esse patrimônio genético, florestal tem de estar a serviço da sociedade. Não numa condição de subserviência, mas de elevação das próprias consciências sobre o que é o meio ambiente, sobre como utilizá-lo de forma sustentável. Agora é a hora de buscarmos fazer com que ações efetivas sejam firmadas no sentido de que a gente possa dar visibilidade a essa parceria”, declarou o reitor Sylvio Puga. “Em Humaitá, temos o curso de engenharia ambiental, então, temos atores que são formados localmente para dar essa resposta à sociedade”, complementou.

“Ficamos muito felizes com a parceria da Universidade e vamos nos esforçar ao máximo para que, junto com a Universidade Federal do Amazonas, possamos fazer um trabalho que se torne referência global”, respondeu o presidente da BSGI, Miguel Shiratori.

Clipping

ascom
Assessoria de Comunicação da
Universidade Federal do Amazonas



Segundo o pró-reitor de Extensão, professor Ricardo Bessa, uma das iniciativas a serem implantadas em Humaitá é a criação de um banco de sementes para arborizar o município. “A ideia é transformar Humaitá na capital ambiental da Amazônia. É a nossa proposta”, exemplificou.

Periódico: Câmara dos deputados		Data: 08/02/2019	
		Publicação: 07/02/2019	
Referência da Matéria: Projeto cria duas universidades federais no interior do Amazonas		<input checked="" type="checkbox"/>	Com foto
			Sem foto
Caderno/Página/Coluna https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/572130-PROJETO-CRIA-DUAS-UNIVERSIDADES-FEDERAIS-NO-INTERIOR-DO-AMAZONAS.html	Enfoque	Natureza	Tipo:
	<input type="checkbox"/> Positivo	<input checked="" type="checkbox"/> Espontânea	<input checked="" type="checkbox"/> Matéria
	<input type="checkbox"/> Negativo	<input type="checkbox"/> Provocada	<input type="checkbox"/> Artigo
	<input checked="" type="checkbox"/> Neutro		<input type="checkbox"/> Outro
			Nota Classificados

Projeto cria duas universidades federais no interior do Amazonas

Em análise na Câmara dos Deputados, a proposta também cria três institutos federais (dois em São Paulo e um na Bahia) e autoriza a Amazônia Azul Tecnologias de Defesa (Amazul) a oferecer cursos de nível superior



Divulgação/Ufam

Duas universidades serão criadas por desmembramento dos campi de Parintins, Itacoatiara, Benjamin Constant e Coari (foto)

O Projeto de Lei 11279/19 desmembra a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) em duas novas instituições de ensino superior:

- a Universidade Federal do Médio e Baixo Amazonas (Ufembam), que terá sede em Parintins, município situado na divisa com o Pará, e incorporará os campi de Parintins e

Itacoatiara que hoje pertencem à Ufam;

- a Universidade Federal do Médio e Alto Solimões (Ufemas), que terá sede em Coari, município localizado no centro do estado do Amazonas, às margens do rio Solimões. A nova instituição incorporará os campi de Coari e Benjamin Constant.

O projeto também cria cargos e funções das novas instituições amazonenses.

A proposta foi apresentada pelo Poder Executivo no fim do governo Temer. Segundo a justificativa encaminhada ao Congresso Nacional, o objetivo das duas universidades é suprir a carência de cursos superiores no Amazonas.

Hoje, a Ufam atende a todo o estado, que é o maior do País em extensão. Essa situação, segundo o Ministério da Educação (MEC), contrasta com outros estados de grande extensão, como a Bahia, que possui quatro universidades federais.

Educação federal

O texto que será analisado pelos deputados trata também de outros temas ligados à administração da educação federal. Primeiro, autoriza a Amazônia Azul Tecnologias de Defesa (Amazul) a oferecer cursos de nível superior. A Amazul é uma estatal ligada à Marinha que desenvolve tecnologias nucleares, incluindo o submarino de propulsão nuclear. A empresa tem sede em São Paulo.

A proposta também retira a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) da Rede Federal de Educação, Científica e Tecnológica. O governo alega que a instituição se especializou em educação superior, tornando desnecessária sua vinculação às unidades de ensino técnico-profissional.

O projeto também introduz diversas modificações na gestão administrativa da Rede Federal de Educação, Científica e Tecnológica. O texto cria três institutos federais – do Centro Paulista, com sede em Campinas; do Oeste Paulista, sediado em São José do Rio Preto; e do Sul da Bahia, com sede em Ilhéus. As duas unidades paulistas serão criadas a partir do desmembramento do Instituto Federal de São Paulo. A escola de Ilhéus virá de desmembramento dos institutos federais da Bahia (localizado em Salvador) e Baiano (Vitória da Conquista).

Clipping

ascom
Assessoria de Comunicação da
Universidade Federal do Amazonas



Segundo a justificativa do projeto, as novas unidades darão mais eficiência à educação profissional, cuja demanda no País é crescente. Além disso, contribuirão para o cumprimento de metas do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê 430 mil novas matrículas a cada ano até 2024.

Matrículas

Também influenciado pelas metas do PNE, o projeto determina que os institutos federais garantam 70% de suas “matrículas equivalentes” (conceito criado pelo MEC e definido por uma fórmula matemática) para cursos técnicos. Hoje, a Lei 11.892/08, que instituiu a Rede Federal de Educação, Científica e Tecnológica, estabelece a cota de 50% das vagas para a educação profissional.

O texto do governo traz ainda outros pontos relativos à rede federal:

- acaba com o mestrado e doutorado acadêmicos nos institutos federais, que só poderão ofertar especialização *strictu sensu* em nível profissional;
- acaba com a cota de 20% das vagas nos institutos federais para formação de professores da educação básica;
- exige experiência comprovada em gestão na educação profissional e tecnológica para reitores (mínima de quatro anos) e diretores-gerais (dois anos) dos institutos federais;
- condiciona a criação de novos institutos federais a estudos sobre viabilidade orçamentária e sobre as condições socioeconômicas da região a ser atendida.

Tramitação

O projeto está em análise na Câmara dos Deputados e ainda será despachado às comissões da Casa.